

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA

**GABARITOS DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA CARGOS
DE PEI,PEBI E PEBII PEI e PEB I**

PARTE 1 – PROVAS OBJETIVAS – QUESTÕES : 01 A 40

CARGO : PEB II - PORTUGUÊS

PARTE 1 – PROVA OBJETIVA – QUESTÕES : 01 A 40

QUESTÃO	ALTERNATIVA
1.	E
2.	D
3.	C
4.	A
5.	B
6.	D
7.	C
8.	C
9.	C
10.	B
11.	D
12.	C
13.	A
14.	E
15.	A
16.	B
17.	C
18.	A
19.	D
20.	A

21.	B
22.	D
23.	E
24.	E
25.	E
26.	C
27.	C
28.	A
29.	*
30.	D
31.	D
32.	A
33.	*
34.	E
35.	E
36.	A
37.	B
38.	D
39.	C
40.	E

* anulada

PARTE 2 – QUESTÃO DISCURSIVA

RESPOSTA PADRÃO

A avaliação é “movimento”, é ação e reflexão.

Na medida em que as crianças realizam suas tarefas, efetivam muitas conquistas: refletem sobre suas hipóteses, discutem-nas com pais e colegas, justificam suas alternativas diferenciadas. Esses momentos ultrapassam o momento próprio da tarefa. E, portanto, não se esgotam nelas. As tarefas seguintes incluem e complementam dinamicamente as anteriores. A média de escores, na escola, e a concepção constativa do teste, contradizem-se a esse dinamismo. Obstaculiza, provoca a estagnação, as arbitrariedades.

O procedimento de testar e medir vem servindo sobremaneira à bandeira de justiça dos educadores. Essa justiça da precisão desconsidera, entretanto, a reciprocidade intelectual que pode se desenvolver através de um método investigativo sobre as manifestações do educando, a discussão de idéias, a argumentação e contra-argumentação aluno e professor, numa reflexão conjunta.

Em nome da justiça da precisão, o professor nunca foi tão injusto! Os instrumentos de medida, em educação, podem alcançar altos índices de fidedignidade (menor variabilidade entre os que corrigem a mesma prova), mas isto não é essencial em avaliação e, muito menos, importante. A avaliação deve significar justamente a relação entre dois sujeitos cognoscentes que percebem o mundo através de suas próprias individualidades, portanto, subjetivamente. O que importa é dinamizar essa relação ao invés de aproximá-la da precisão das máquinas.

Se valorizarmos os “erros” dos alunos, considerando-os essenciais para “vir a ser” do processo educativo, temos de assumir também a possibilidade das incertezas, das dúvidas, dos questionamentos que possam ocorrer conosco a partir da análise das respostas deles, favorecendo, então, a discussão sobre essas idéias novas ou diferentes.

Não podemos ceder a vez do diálogo aos números em nome da precisão. Assim como não devemos reduzir o processo amplo da avaliação às suas ferramentas.

Jussara Hoffman em Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1992, p.61/62.